indenizatória por danos morais. Fornecimento de água. Relação de consumo. Fato do serviço. Art. 14 do Código de Defesa do Consumidor. Responsabilidade objetiva. Suspensão do fornecimento do serviço realizado pela ré. Comprovação da adimplência do consumidor. Danos morais devidos. Súmula nº 192 do TJRJ. Quantia arbitrada em patamar razoável e proporcional. Súmula nº 343 do TJRJ. Sentença que deve ser mantida. Juros legais de mora fixados, de ofício, em razão de omissão na decisão. Relação contratual. Incidência a partir da citação. Recurso desprovido. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO E, DE OFÍCIO, DETERMINOU-SE A INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA.

015. APELAÇÃO 0023863-86.2013.8.19.0078 Assunto: Indenização / Terço Constitucional / Férias / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: ARMAÇÃO DOS BUZIOS 1 VARA Ação: 0023863-86.2013.8.19.0078 Protocolo: 3204/2017.00687301 - APELANTE: CARLA SANNY DE ANDRADE LINHARES ADVOGADO: CARLA SANNY DE ANDRADE LINHARES OAB/RJ-116985 ADVOGADO: EDUARDO GENES VIEIRA OAB/RJ-176578 APELADO: MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BUZIOS PROC.MUNIC.: AGUINALDO SARCINELLI CAPPE ADVOGADO: AGUINALDO SARCINELLI CAPPE OAB/RJ-095488 **Relator: DES. DENISE NICOLL SIMÕES** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA.SUPOSTA REDUÇÃO NOS PROVENTOS DURANTE PERÍODO DE GESTAÇÃO. ALEGAÇÃO DE NÃO PAGAMENTO INTEGRAL DAS FÉRIAS. AUSÊNCIA DE PROVAS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA.Trata-se de ação de cobrança, em que Autora requer a condenação do Réu em pagar valor referente a férias vencidas provenientes da relação de trabalho que manteve com o mesmo, quando exercia os cargos comissionados de Procuradora Especial e Procuradora do Município. Revelia da parte Ré que não gera seus efeitos materiais por se tratar de ente público e direitos indisponíveis. Autora não carrou qualquer prova capaz de afirmar suas alegações de não pagamento e redução do salário em período gestacional. Comprova somente que exerceu os cargos e que estava grávida. Infringência a disposto pelo Art.373 Inc. I CPC. NEGADO PROVIMENTO DO RECURSO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

016. APELAÇÃO 0087901-76.2015.8.19.0001 Assunto: Cartão de Crédito / Contratos de Consumo / DIREITO DO CONSUMIDOR Origem: CAPITAL 15 VARA CÍVEL Ação: 0087901-76.2015.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00420648 - APELANTE: VICENTE SEVERINO QUIRINO ADVOGADO: ROBERTO CARLOS GOMES DA SILVA OAB/RJ-097887 APELADO: BANCO ITAUCARD S A ADVOGADO: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB/RJ-062192 **Relator: DES. CLAUDIA TELLES DE MENEZES** Ementa: Apelação cível. Cautelar de Exibição de Documentos. Pedido formulado mediante carta com aviso de recebimento. Inércia do réu. Pretensão resistida no âmbito administrativo. Fornecimento de parte dos documentos requeridos após o ajuizamento da demanda. Instituição bancária que deu causa à propositura da demanda. Teoria da causalidade. Custas processuais e honorários advocatícios devidos pela parte ré. Jurisprudência do STJ e deste TJ. Sentença de extinção reformada. Recurso a que se dá provimento. Conclusões: POR UNANIMIDADE, DEU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA.

017. APELAÇÃO 0296315-21.2011.8.19.0001 Assunto: Pagamento / Adimplemento e Extinção / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 13 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0296315-21.2011.8.19.0001 Protocolo: 3204/2012.00904542 - APELANTE: Mario Bastos Mariano ADVOGADO: ILIAN NUNES VIEIRA OAB/RJ-161596 ADVOGADO: LUIS ALBERTO MENDONCA MEATO OAB/RJ-078148 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: Fernanda L Mainier Hack **Relator: DES. CLAUDIA TELLES DE MENEZES** Funciona: Ministério Público Ementa: Agravo Interno em Recurso Extraordinário. Multiplicidade de recursos. Art. 1.030, II do CPC. Direito administrativo.Revisão de vencimentos. URV. Servidora pública estadual. Folha de pagamento encerrada no último dia do mês. Remuneração mensal paga nos primeiros dias do mês subsequente. Conversão realizada com base na URV vigente no último dia do mês. Ausência de perda salarial. Entendimento dos Tribunais Superiores. RE 561.836/RN, julgado em repercussão geral. REsp nº 1.101.726/SP, julgado sob o rito dos recursos repetitivos. Remessa a esta Câmara para reexame da matéria. Juízo de retratação positivo. Acórdão reformado. Conclusões: POR UNANIMIDADE, EM JUÍZO DE RETRATAÇÃO, REFORMOU-SE O ACÓRDÃO, JULGANDO-SE IMPROCEDENTES OS PEDIDOS AUTORAIS.

018. APELAÇÃO 0382726-91.2016.8.19.0001 Assunto: Despesas Condominiais / Condomínio em Edifício / Propriedade / Coisas / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 7 VARA CÍVEL Ação: 0382726-91.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00699155 - APELANTE: LAMBDA EVEN RIO EMPREENDEIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ADVOGADO: RODRIGO DE AZEREDO FERREIRA PAGETTI OAB/RJ-094920 ADVOGADO: RENATO MILAGRES NEVES DE SOUZA CORRÊA OAB/RJ-137461 APELADO: CONDOMÍNIO HADDOCK BUSINESS ADVOGADO: MANOEL DA SILVEIRA MAIA OAB/RJ-011368 **Relator: DES. DENISE NICOLL SIMÕES** Ementa: APELAÇÃO CIVIL. DIREITO CIVIL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO.COBRANÇA DE DESPESAS CONDOMINIAIS. Cinge-se a controvérsia sobre a responsabilidade da Ré pelo débito referente a cotas condominiais, sustentando caber ao promitente comprador a responsabilidade por todas as obrigações decorrentes do imóvel mesmo antes da entrega das chaves. Ilegitimidade passiva rejeitada. Restou incontroverso que a Ré é proprietária do imóvel em questão, corroborado por meio da certidão do 11º Ofício de Registro de Imóveis da Capital. Havendo compromisso de compra e venda do imóvel, como no caso dos autos, a responsabilidade pelas despesas de condomínio pode recair tanto sobre o promitente vendedor quanto sobre o promissário comprador, dependendo das circunstâncias a serem analisadas. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos (REsp 1345331/RS), segundo o qual é pacífico o entendimento que o promitente vendedor é responsável pelo pagamento das despesas condominiais até a entrega das chaves.Manifestação da Ré, informando que não houve entrega das chaves da unidade objeto da demanda. Portanto, não se verifica, no caso em comento, a efetiva transferência de posse do imóvel, restando caracterizada a responsabilidade da Ré pelas cotas condominiais questionadas. RECURSO DESPROVIDO. Conclusões: POR UNANIMIDADE, NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

019. APELAÇÃO 0389985-40.2016.8.19.0001 Assunto: Anulação / Concurso Público / Edital / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 16 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0389985-40.2016.8.19.0001 Protocolo: 3204/2017.00660684 - APELANTE: BRUNO DE SOUZA GALVÃO ADVOGADO: MARCELO BARBOSA FERNANDES OAB/RJ-166599 APELADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: ANA PAULA SERAPIÃO **Relator: DES. CLAUDIA TELLES DE MENEZES** Funciona: Ministério Público Ementa: Apelação Cível. Concurso para Admissão ao Curso de Formação de Soldados da PMERJ. Eliminação por ausência de pontuação nas questões de História. Alegação de nulidade de três questões da prova objetiva, inclusive sobre Revolução de Avis e Batalha do Jenipapo. Sentença de improcedência, ao fundamento de inexistência de prova da ilegalidade. Ausência de cerceamento de defesa. Prova emprestada submetida ao contraditório. Art. 372 do CPC/2015. Laudo pericial atestando duas questões objetivas com mais de uma alternativa correta. Questão sobre a Batalha do Jenipapo que apresenta erro historiográfico, além de não ser encontrada na bibliografia indicada no edital. Art. 37, II da CRFB/88. Possibilidade de juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no edital do certame (RE 632853). Nulidade das questões impugnadas. Aprovação do apelante na fase objetiva, com a consequente permanência nas demais etapas do certame, desde que